

### *Parecer Jurídico*

- Acerca do Projeto de Lei n.º 22, de 3 de março de 2022.

**Origem:** Poder Executivo

**Ementa:** Autoriza o Poder Executivo a contratar, temporariamente e sob regime emergencial e de excepcional interesse público, 02 (dois) Operários.

Referido projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a contratar, sob regime emergencial, 2 (dois) Operários, com carga horária de até 44 horas semanais, sendo um pelo prazo de 06 (seis) meses e outro pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da assinatura do contrato administrativo, ambas prorrogáveis por igual período. O objetivo das contratações é suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura.

Os direitos contratuais observarão, no que couber o art. 233. da Lei n.º 682/1990 e Lei n.º 685/1990 quanto às atribuições, condições de trabalho e requisitos para provimento, bem como vencimentos.

A contratação encontra previsão constitucional (art.37, inciso IX) e observam-se respeitados os parâmetros do art.169, §1º, inciso I, da Magna Carta e da Lei Complementar nº101/2000, conforme se verifica da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro n.º 012/2022.

A proposta é legal e constitucional.

Carlos Barbosa, 07 de março de 2022.

  
Paula Zanetti Bonacina

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 70.034

